

RELATO INSTITUCIONAL

2019

TERESINA – PI
2019

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. BREVE HISTÓRICO DA IES	3
3. CONCEITOS OBTIDOS PELA CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ – UNIUNIFAPI NAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS	5
4. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	6
5. CONCLUSÃO	15

1 APRESENTAÇÃO

O presente Relato Institucional (RI) está construído de acordo com as orientações da Nota Técnica nº 62, publicada no dia 14 de outubro de 2014, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). Leva-se em conta o 2º relatório parcial, do ciclo avaliativo 2018 -2020, cujo relato explicita uma análise global do PDI, dos eixos avaliativos e das considerações do plano de ações de melhoria da IES.

Esse RI resulta do processo avaliativo interno conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que busca a melhoria da qualidade educacional: do ensino, da pesquisa e da extensão desenvolvidos na Instituição. Para avaliação, questionários online (para o corpo discente, docente e técnico-administrativo) e questionários físicos (para egressos e sociedade civil) foram aplicados. Os resultados dos instrumentos foram tabulados e são apresentados em forma de gráficos (abordagem quantitativa). Em seguida, são analisados e interpretados (abordagem qualitativa) tendo em vista os princípios, diretrizes e dimensões enumeradas pela Lei 10.861/2004.

Dessa forma, essa análise dos dados está feita de acordo com uma abordagem quanti-qualitativa em que os aspectos quantitativos apoiam-se em técnicas diversas, como gráficos e estatísticas descritivas, aplicadas aos resultados da pesquisa, e os aspectos qualitativos referem-se aos comentários e às análises críticas, de cunho interpretativo, com base na abordagem quantitativa.

Quadro 1: Membros da CPA

MEMBRO	SEGMENTO REPRESENTATIVO
Lenara de Siqueira Coêlho	Coordenadora
Tátilla Escarlet Coutinho de Araújo	Corpo Técnico-Administrativo
Natália Maria Freitas e Silva Maia	Corpo Docente
Victor Guilherme Pereira da Silva Marques	Corpo Discente
Mariaodila Luz Carvalho	Sociedade Civil Organizada
Isélia Pereira de Araújo	Egresso

2 BREVE HISTÓRICO DA CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ – UNIFAPI

2.1 Histórico da Mantenedora

A **AESPI Ensino Superior do Piauí LTDA – AESPI**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob o n.º 11.648.433/0001-74, com sede na Rua Walfran Batista, 91, São Cristóvão, Teresina, Piauí, é uma entidade mantenedora sem fins lucrativos.

2.2 Histórico da Mantida

Conforme a Portaria MEC n.º 738, de 17 de junho de 2010, publicada no DOU em 18 de junho de 2010, o MEC aditou os atos de credenciamento da Instituição, alterando, definitivamente, a denominação de Instituto Teresina de Ensino e Cultura – ITEC para Faculdade do Piauí - FAPI. Em 2014 foi recredenciada pela Portaria MEC n.º 635, de 22 de julho de 2014, publicada no DOU em 23 de julho de 2014. Conforme a Portaria MEC n.º 2.007, de 19 de novembro de 2019, publicada no DOU em 20 de novembro de 2019, o MEC credenciou o Centro Universitário do Piauí– UNIFAPI por transformação da Faculdade do Piauí - FAPI.

Hoje, em razão do processo de evolução, o UNIFAPI, por meio de uma proposta acadêmica moderna, vem expandindo suas atividades visando à preparação de recursos humanos altamente qualificados para atender à política de desenvolvimento nacional. Os cursos oferecidos pelo UNIFAPI são regulados pelo seu Regimento, pelo seu Estatuto, pela legislação do ensino superior e pelas normas previstas no Contrato Social da Entidade Mantenedora. Com endereços de funcionamento situados na Rua Governador Joca Pires, nº 1.000, Bairro de Fátima, Rua Walfran Batista, nº 91, Bairro São Cristóvão, Rua Paissandú, nº 1.600, Centro, e Av. Presidente Kennedy, 1.444, Bairro Novo Jockey, em Teresina, Estado do Piauí, foi credenciado por meio da Portaria nº 3.745, publicada no DOU em 23/12/02, e oferece os seguintes cursos:

Administração, Ciências Contábeis e Comunicação Social, reconhecidos pela Portaria nº 856, publicada no DOU em 06/11/06; Ciência da Computação, autorizado pela Portaria nº 1.897, publicada no DOU em 19/11/10; Direito, autorizado pela Portaria nº 2.091, publicada no DOU em 02/12/10; Enfermagem, autorizado pela

Portaria nº 205, publicada no DOU em 28/06/11; Fisioterapia, reconhecido pela Portaria nº 151, publicada no DOU em 20/08/12; Pedagogia, autorizado pela Portaria nº 942, publicada no DOU em 23/11/06; Serviço Social, - 11 - autorizado pela Portaria nº 2.015, publicada no DOU em 30/11/10; Turismo, autorizado pela Portaria nº 3.749, publicada no DOU em 23/12/02.

Também são oferecidos Cursos Superiores de Tecnologia em Comércio Exterior, Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão Hospitalar, autorizados pela Portaria nº 364, publicada no DOU em 22/05/07; Gestão Comercial e Gestão de Turismo, autorizados pela Portaria nº 323, publicada no DOU em 30/04/07; Gestão de Recursos Humanos, autorizado pela Portaria nº 600, publicada no DOU em 14/12/07; Marketing, autorizado pela Portaria nº 470, publicada no DOU em 08/08/07; Processos Gerenciais, autorizado pela Portaria nº 303, publicada no DOU em 19/04/07.

O pedido de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos encontra-se em tramitação junto à SERES/MEC.

Quadro 2: Autorização e Reconhecimento

Cursos	Autorização		Reconhecimento		Vagas	Alunos	
	Data	Portaria	Data	Portaria		2018	2019
Administração	20/12/02 DOU 23/12/02	Port. 3.746	03/04/17	Portaria nº 268 Ren. Rec.	100	115	122
Ciências Contábeis	20/12/02 DOU 23/12/02	Port. 3.747	16/9/16	Portaria nº 503	100	105	128
Comunicação Social	20/12/02 DOU 23/12/02	Port. 3.748	21/10/16	Portaria nº 638 Ren. Rec.	50M 50N	61	67
Turismo	20/12/02 DOU 23/12/02	Port. 3.749	---	---	100	---	-----
Serviço Social	29/11/10 DOU 30/11/10	Port. 2.015	29/6/17	Portaria nº 652	50M 50N	71	76
Ciência da Computação	18/11/10 DOU 19/11/10	Port. 1.897	06/09/17	Portaria nº 972	100	106	81
Direito	19/12/10 DOU 02/12/10	Port. 2.091	22/3/16	Portaria nº 62	50M 50N	466	661
Pedagogia	22/11/06 DOU 23/11/06	Portaria 942	---	---	100	60	70
Fisioterapia	13/11/06 DOU 16/11/06	Portaria 926	1/3/18	Portaria nº 135 Ren. Rec.	100	196	117
Enfermagem	27/06/11 DOU 28/06/11	Port. 205	26/8/16	Portaria nº 415	50 M 50 N	310	255

Engenharia Civil	1/10/15	Portaria nº 702	---	---	100	101	127
Engenharia de Produção	29/10/14	Portaria nº 600	---	---	100	12	12

3 CONCEITOS OBTIDOS PELA CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ – UNIFAPI NAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS

Curso	Enade 2018	IDD	CPC
Ciências Contábeis	3	4	3
Comunicação Social	2	3	3
Engenharia de Produção	-	4	

4 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação CPA da IES foi instituída por meio da Portaria nº 01, de 11 de junho de 2004, em consonância com o Art.11, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulamentada pela Portaria nº 20512 de 19 de julho de 2004, do Ministério da Educação. É um órgão colegiado de natureza administrativa, rege-se por Regulamento Interno e pelo Regimento Geral da Faculdade.

A Comissão Própria de Avaliação é vinculada à diretoria e integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A atuação da CPA é autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição, em conformidade com o determinado no inciso I do art. 11 da Lei nº 10.861/2004.

São objetivos da atuação da CPA com base no estabelecido pelo SINAES: coordenar os processos de avaliação internos da instituição; elaborar programas e realizar avaliação interna da IES; elaborar programas de sensibilização com a finalidade de divulgar as ações da CPA, estimular a participação da comunidade acadêmica nas ações de avaliação e prestar as informações ao INEP; promover as ações institucionais necessárias ao cumprimento dos objetivos do SINAES; conduzir de forma ética os processos de avaliação interna; estimular a cultura de autoavaliação no meio institucional; Acompanhar as avaliações externas da IES e dos cursos;

acompanhar o desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); formular proposta de melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, desenvolvidos na Instituição com base na análise dos resultados obtidos na avaliação interna e externa; participar das atividades relativas aos eventos promovidos pelo conselho Nacional de Educação Superior (CONAES). prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

4.1 Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação CPA na Instituição foi instituída visando à participação da comunidade acadêmica de forma representativa, sendo envolvidos os discentes e os docentes em pesquisas realizadas ao longo do ano. Procura-se mediante a autoavaliação, avaliar questões relacionadas ao ensino, extensão, responsabilidade social, infraestrutura, corpo docente e gestão da IES, buscando assim analisar a coerência entre o que a Instituição faz e o que se propõe a fazer a partir de sua missão.

As práticas e ações desenvolvidas para demonstrar o aperfeiçoamento da avaliação interna e o trabalho de sensibilização, para que toda a comunidade acadêmica seja envolvida a participar foram baseadas em: mecanismos permanentes de participação e de consulta à comunidade interna, de acesso às informações obtidas, de retorno das análises efetuadas, de sugestões para encaminhamento dos problemas, assegurando-se a transparência e o engajamento no processo, conduzida no sentido do aperfeiçoamento da missão pedagógica e social da instituição, com caráter estritamente formativo, não podendo traduzir, em nenhuma circunstância, num instrumento punitivo de indivíduos ou setores de estrutura universitária.

A evolução deste processo neste período deu-se com todo segmento envolvido, que são: corpo docente, corpo discente, corpo técnico administrativo e sociedade civil organizada, na qual, primeiramente são reunidos para que a CPA divulgasse a metodologia e os instrumentos utilizados para o levantamento de dados qualitativos e quantitativos da avaliação interna institucional. Assim, recebem o

instrumento, em que permite manifestar sua satisfação ou insatisfação e fazer suas devidas observações.

Ao longo de sua existência, a CPA modificou sua forma de aplicar o instrumento de avaliação. Antes se tratava de documento impresso entregue aos envolvidos para que respondessem e devolvessem, a fim de serem tabulados manualmente. Em 2017, o processo passou a ser informatizado, estando o questionário avaliativo presente na central do aluno e do professor. Para o corpo técnico-administrativo e sociedade civil, manteve-se o instrumento manual. Em 2019, o corpo técnico-administrativo também passou a responder o questionário online. A tabulação dos dados, é realizada utilizando planilha de excel, e transformando os dados em gráficos / tipo “pizza”.

As informações obtidas foram utilizadas para orientação da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, também para orientar as políticas acadêmicas e de gestão e para desvelar a realidade dos cursos e da Instituição. A autoavaliação institucional que é realizada permanentemente, também foi utilizada, e serviu para avaliar todos os indicadores estabelecidos pela INEP.

As atividades da CPA devem ser uma constante para tomadas de decisão da IES, por este motivo a ferramenta utilizada é a consolidação dos dados levantados de fácil visualização e compreensão, de uma maneira esquematizada pelas dez dimensões preestabelecidas pelo SINAES (Quadro 4), contribuindo para processo avaliativo.

4.2 Metodologia do Processo Avaliativo

A metodologia utilizada para autoavaliação institucional no ano 2019 observou as diretrizes do marco legal bem os aspectos relativos à autoavaliação realizadas em anos anteriores.

As fases metodológicas assumidas pela CPA para a implementação da autoavaliação foram as seguintes: sensibilização; diagnóstico; avaliação interna; relatório parcial; divulgação; balanço crítico: consolidação; e avaliação externa (Avaliação Institucional) competência do MEC.

Para isto ocorrer foram promovidos pelos membros da CPA, a sensibilização para a autoavaliação e sedimentação da cultura autoavaliativa. A sensibilização aconteceu com: reunião com os professores, visitas às salas de aula, reunião com os funcionários técnicos administrativos e divulgação sobre realização de avaliação interna na página da central do aluno e cartazes fixados em pontos estratégicos da instituição.

Em seguida, fez-se a revisão dos questionários utilizados para coleta de dados no ano de 2018, o que resultou as 25 perguntas, distribuídas de modo a contemplar igualmente os cinco eixos, bem como na reformulação de todas as questões.

Após a confecção dos questionários, reuniões setoriais foram realizadas para a divulgação da autoavaliação e para orientação quanto ao acesso e preenchimento do instrumento.

Assim, questionários *online* foram aplicados e em seguida foi delimitado os prazos para obtenção das respostas aos questionários. Quando finalizado o prazo, seguiu-se com o processamento dos dados coletados.

Após o processamento, teve-se a análise das informações, o que subsidia esse relatório. Os resultados, após serem tabulados e apresentados em forma de gráficos (abordagem quantitativa) e, em seguida, foram analisados e interpretados (abordagem qualitativa) tendo em vista os princípios, diretrizes e dimensões enumeradas pela Lei 10.861/2004.

Dessa forma, essa análise dos dados está feita de acordo com uma abordagem quanti-qualitativa em que os aspectos quantitativos apoiam-se em técnicas diversas, como gráficos e estatísticas descritivas, aplicadas aos resultados da pesquisa, e os aspectos qualitativos referem-se aos comentários e às análises críticas, de cunho interpretativo, com base na abordagem quantitativa.

Os resultados desse relatório foram divulgados em reunião aos dirigentes do Centro Universitário do Piauí– UNIFAPI, em seguida às coordenações, docentes, discentes e corpo técnico administrativo e funcionários.

Além disto os relatórios são disponibilizados no site da faculdade para fins de consulta para a comunidade, e também enviado à Comissão Central de Avaliação.

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
------------------	-----------------------

<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e; - Privilegiar o conceito da auto avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para sua realização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados; - Pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades as cumpridas pela instituição; - Identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos; - Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; - Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; - Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; - Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos; - Prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.
--	---

Quadro 4: 5 Eixos abrangendo as 10 dimensões do SINAES

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Eixo 4: Políticas de Gestão	Eixo 5: Infraestrutura Física
Dimensão: 8- Planejamento e Avaliação	Dimensões: 1- Missão e PDI 3- Responsabilidade Social	Dimensões: 2- Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão. 4- Comunicação com a sociedade. 9- Política de Atendimento aos discentes	Dimensões: 5- Política de Pessoal 6- Organização e gestão da IES. 10- Sustentabilidade Financeira	Dimensão: 7- Infraestrutura Física

4.3 Metodologia da Coleta de Dados

Foram utilizados instrumentos de pesquisa (questionários e pesquisa documental) que possibilitem traçar um diagnóstico da Instituição e permitem avaliar sua qualidade acadêmica, relevância social e eficiência gerencial e organizacional.

Além dos instrumentos formais de avaliação, os alunos valem-se da Ouvidoria, presente na homepage institucional, bem como das redes sociais para tecerem considerações, críticas e sugestões referentes aos cursos e à instituição.

4.4 CPA X PDI

A Missão do **UNIFAPI**, o seu propósito e suas metas determinam que haja também uma preocupação constante com a formação integral do ser humano, enfatizando o exercício pleno da cidadania. O UNIFAPI institui para acompanhar criteriosamente o desenvolvimento das suas atividades, a Avaliação Institucional que está comprometida com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

A Avaliação Institucional está direcionada para: a melhoria da qualidade do ensino, da extensão e da gestão institucional; para a orientação da expansão da oferta de seus cursos; para afirmação da identidade institucional; e contribuir para a comunidade na qual está inserida considerando especialmente ações de responsabilidade social, levando em conta todas as variáveis que estejam relacionadas com o bom andamento desta Instituição.

Com a noção de qualidade presente em cada passo planejado pela Instituição que busca a eficiência de todos os processos educacionais e administrativos, é que se institui a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com o principal objetivo de promover a melhoria do ensino e da aprendizagem usando a avaliação como agente modificador.

A avaliação global da eficiência da Instituição foi feita por meio do exame e da análise de dados contendo resultados tanto dos aspectos operacionais como acadêmicos dos diversos cursos, esses componentes incluem a parte administrativa e as relações com a comunidade em que a Instituição está inserida.

A Avaliação Institucional se organiza com os diversos instrumentos avaliativos de acordo com o princípio da integração, com uma avaliação constituída basicamente no processo de autoavaliação, visando principalmente o autoconhecimento institucional. Os processos avaliativos se constroem com a globalidade e a integração entre o sujeito e o objeto.

A redução do fenômeno complexo e multidimensional da avaliação a um só ou poucos aspectos, sem articulação, traz o risco de resumir o processo a um desses instrumentos dedicados a medir e comparar, o que pode comprometer os resultados

de desfigurar objetivos, portanto o aspecto da globalidade deve ser enfatizado sob pena de perder-se o entendimento multidimensional e polissêmico.

4.5 Evoluções da Estrutura Física

O Centro Universitário UNIFAPI conta em cada unidade com uma estrutura organizacional própria para cuidar do planejamento, execução e controle da infraestrutura necessária para o funcionamento dos cursos da unidade, tendo no ano de 2019 sua estrutura física ampliada e melhorada com:

- Reforma de um auditório na unidade I;
- Reforma e construção de banheiros para pessoas com deficiência;
- Construção de salas para coordenação;
- Reforma da sala de tempo integral;
- Reforma da sala da CPA;
- Melhoria na iluminação das áreas externas;
- Ampliação de novo acervo bibliográfico e aquisição de novos equipamentos;
- Ampliação das áreas de convivência.

4.5 Quadro de Fragilidades e Potencialidades

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Potencialidade	Fragilidade	Ações Corretivas
Fortalecimento da prática de autoavaliação, construindo uma cultura reflexiva e que possibilita o desenvolvimento da IES pela execução das ações previstas no PDI.	Sensibilização da comunidade acadêmica, especialmente professores e alunos, das avaliações institucionais proposta pela CPA Conhecimento das funções da CPA.	Aperfeiçoar o processo de sensibilização, a fim de aumentar a participação de discentes, docentes e técnico administrativo, no processo de avaliação institucional. Melhorar a divulgação das funções da CPA por meio de redes sociais.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Potencialidade	Fragilidade	Ações Corretivas
Conhecimento das ações de apoio financeiro (bolsas de desconto, FIES, PROUNI, Convênios de	Desconhecimento da Missão da IES e do PDI pela comunidade.	Reforçar junto às coordenações de curso e aos docentes a necessidade de permanentemente pontuar

<p>desconto...) que permitem a estabilidade do aluno na IES.</p> <p>Divulgação de atividades científicas, cursos e para setores da comunidade.</p>		<p>para os discentes a missão da IES, bem como o PDI no site da Instituição.</p> <p>Disponibilização de cópia do PDI na sala dos professores, de descanso dos funcionários e na Biblioteca.</p>
--	--	---

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Potencialidade	Fragilidade	Ações Corretivas
<p>Os alunos apresentam satisfação com a escolha do curso e tem conhecimento da estrutura curricular que é descrita no PPC, como uma ferramenta importante para sua profissão.</p> <p>Melhora na comunicação da IES através das redes sociais e com mais propagandas em canais de TV e rádios locais, bem como outdoors em pontos estratégicos da cidade.</p> <p>Os alunos estão satisfeitos com o ambiente virtual de aprendizagem.</p> <p>Os docentes conhecem satisfatoriamente o Projeto Pedagógico do Curso no qual ministram aulas e concordam que a estrutura curricular do curso é adequada para a formação.</p> <p>O coordenador do curso faz-se presente, conduzindo a contento as necessidades do curso, dos alunos e professores.</p> <p>A Direção mostra-se disponível para o atendimento aos docentes e discentes.</p>	<p>Melhorar o desenvolvimento acadêmico, com a participação em atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais.</p>	<p>Melhorar o apoio ao desenvolvimento acadêmico, favorecendo a formação e a participação em atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, ampliando a divulgação dos mesmos, e oferecendo ajuda de custo.</p> <p>Disponibilizar um mural central para favorecer a comunicação interna.</p>

Eixo 4: Políticas de Gestão

Potencialidade	Fragilidade	Ações Corretivas
<p>O corpo administrativo, docente e demais setores acadêmicos da IES atendem satisfatoriamente à comunidade.</p> <p>Os alunos estão satisfeitos com a conduta dos docentes e corpo administrativo.</p> <p>Os docentes estão satisfeitos com as condições de trabalho oferecidas pela UNIFAPI e com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários.</p>	<p>Consolidar a oferta permanente de cursos/treinamento de capacitação para os funcionários técnico-administrativos que contribuem com as atividades da IES.</p>	<p>Ofertar semestralmente pelo menos um curso/treinamento de capacitação para os funcionários técnico-administrativos que contribuem com as atividades da IES.</p>

Eixo 5: Infraestrutura Física

Potencialidade	Fragilidade	Ações Corretivas
<p>Melhoria na infraestrutura física das unidades;</p> <p>Satisfação quanto a segurança e acessibilidade para as pessoas com deficiência.</p>	<p>Ampliar a satisfação acadêmica quanto aos laboratórios dos cursos.</p>	<p>Expandir os laboratórios dos cursos, a fim de favorecer a aprendizagem dos conteúdos teórico-prático.</p>

5 CONCLUSÃO

A Comissão Própria de Avaliação do UNIFAPI desenvolveu suas atividades tendo como principal meta, atender a legislação proposta pelo CONAES e com objetivo de identificar as fragilidades e potencialidades em suas dez dimensões, com a finalidade de orientar seu planejamento estratégico como está previsto no PDI, visando a consolidação de melhorias nos diversos setores de prestação de serviços da IES e com a finalidade de prestar um serviço de ensino superior com qualidade e responsabilidade social.

É necessário entender que o processo de avaliação do ano de 2018 foi uma ferramenta de gestão em busca de melhorias na qualidade do serviço oferecido pois é ela que apresenta as fortalezas potencialidades e as fragilidades da IES, a fim de melhor as suas ações.

Os resultados alcançados levam à conclusão de que o trabalho realizado pelo UNIFAPI em sintonia com os objetivos estabelecidos em seu PDI, tendo em vista os resultados satisfatórios obtidos. Vale ressaltar que o UNIFAPI está em busca constante de seu aprimoramento, como um processo contínuo de construção, em que as fragilidades são a sua mola propulsora. Durante o ano de 2019 foram desenvolvidas diversas atividades com a finalidade de verificar o andamento das práticas educativas e administrativas da instituição, buscando a melhoria contínua.

As informações dessa avaliação institucional serão divulgadas no *site* institucional do UNIFAPI, no endereço www.UNIFAPI-pi.edu.br. Além disso, serão temas de reuniões com coordenadores de cursos, professores, funcionários e alunos para que todos efetivem ações, conjuntamente e continuamente, para que possam contribuir com a melhoria de todos os processos da IES, cujo acompanhamento se dará por essa Comissão Própria de Avaliação.